

PRÁTICAS AMBIENTALMENTE CORRETAS EM MEIOS DE HOSPEDAGEM: um estudo sobre a percepção ambiental e perfil dos gestores hoteleiros de Santa Vitória do Palmar/RS

Siuza Monteiro Guedes

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA
Especialista em Gestão Hoteleira pela Castelli-Escola Superior de Hotelaria
Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Franciscano-UNIFRA
siuzaguedes@furg.br

Taís Natalia Cruz Pereira

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG
taisnatalia.cruzpereira@hotmail.com

Recebido: 28 de junho, 2017
Aprovado: 31 de agosto, 2017

RESUMO

Este estudo foi realizado no município de Santa Vitória do Palmar, RS, teve por objetivo analisar a percepção das práticas ambientalmente corretas de gestão ambiental e de economia de recursos naturais entre os gestores do setor de hospedagem do Município de Santa Vitória do Palmar. Trata-se de um estudo qualiquantitativo de caráter exploratório, representativo e participante, com aplicação de instrumento de coleta de dados, realizado no período de novembro de 2016 a março de 2017 em empreendimentos do setor de hoteleiro e extra-hoteleiro, na cidade sede do Município e em três dos balneários marítimos do mesmo. Como principal resultado pode ser destacado a falta de planos de gestão ambiental dos empreendimentos pesquisados. O estudo se justifica uma vez que não foram encontrados estudos similares.

Palavras-chaves: Práticas ambientalmente corretas, empreendimentos hoteleiros e extra-hoteleiros; Santa Vitória do Palmar.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente vem sendo tema em evidência. A sociedade, seja ela pessoa física ou jurídica, vem demonstrando atenção com a gestão ambiental e a consequente qualidade de vida que somente será possível com o empenho de todos na busca de uma gestão de qualidade no que tange os recursos naturais, tão escassos em nosso tempo. Barbieri (2007) trata da gestão ambiental como diretrizes e atividades administrativas e operacionais realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar danos causados ao meio através da ação humana ou mesmo evitar que estes ocorram.

O viés sustentável e de qualidade é exigência no mercado hoteleiro há algum tempo. Observa-se que a infraestrutura hoteleira consome energia e recursos naturais consideráveis dentro do sistema de turismo. O sistema de turismo considerado aqui é o proposto por Beni (2007), como categoria de sistema aberto por influenciar e ser influenciado pelos demais sistemas com os quais se relaciona.

No que tange os prestadores de serviços hoteleiros de grande parte das redes internacionais e mesmo os hotéis independentes nacionais, entende-se através das leituras realizadas, que os mesmos projetam a gestão ambiental para a rotina de seus negócios há algum tempo. Há em contraponto, os pequenos empreendimentos com administração familiar, que em grande maioria, tem seu planejamento voltado à obtenção de lucro à curto prazo, os quais acabam deixando em segundo plano as questões ambientais.

Este estudo é produto de uma pesquisa de campo desenvolvida pelo projeto: “Gestão de Resíduos Sólidos e Consumo Consciente de Energia na Hotelaria: Projeto Piloto para o Laboratório de Hospedagem do Curso de Bacharelado em Hotelaria – Campus Santa Vitória do Palmar/RS, Brasil”. O estudo teve por objetivo analisar a percepção das práticas ambientalmente corretas de gestão ambiental e de economia de recursos naturais entre os gestores do setor hoteleiro e extra-hoteleiro local. Nesse sentido, foram mapeadas as empresas do setor de hospedagem, tanto na cidade sede do Município de Santa Vitória do

Palmar como em três dos balneários marítimos do mesmo. O estudo se justifica uma vez que não foram encontrados estudos similares.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Apesar de o turismo ter sido considerado por muito tempo uma atividade econômica limpa e não poluente, conforme Dias (2008), se faz necessário aliar o desenvolvimento turístico ao planejamento, cabendo ao setor público, principalmente no que diz respeito à exploração turística de áreas litorâneas, evitar a liberação e instalação de empreendimentos em áreas proibidas e prestar serviços básicos de saneamento, dessa forma, evitando a contaminação do meio.

Segundo a World Travel & Tourism Council – WTTC(s.d.), entidade que reúne as maiores empresas de turismo no mundo, entre redes de hotéis, companhias aéreas e agências de viagens, o turismo é consideravelmente atingido pelas questões sociais e ambientais que podem influenciar a demanda global e a rentabilidade do setor que continua com rápido crescimento e, segundo pesquisas, com aumento de 4% para a próxima década, com 1,8 bilhões de chegadas internacionais esperadas até 2030. Partindo dessas estimativas surge o questionamento de como poderá ser assegurado um crescimento sustentável e inclusivo. Nesse sentido, a World Tourism Organization – WTO (2004) explana que:

o exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata

[...] o desenvolvimento sustentável do turismo é um processo contínuo que requer monitoramento constante dos impactos que a atividade pode causar, de modo que, com ações de manejo, seja possível minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios potenciais, introduzindo medidas preventivas ou de correção de rumos. Esse processo requer a participação e o comprometimento de todos os atores envolvidos com o turismo, principalmente o poder público, que deve incentivar e apoiar o processo, estimulando a participação da sociedade por meio da construção de consensos. Portanto, os produtos turísticos sustentáveis são

desenvolvidos em harmonia com o meio ambiente e culturas locais, de forma que estes se convertam em permanentes beneficiários, e não meros espectadores de todo o processo (WTO, 2004, tradução nossa).

A luz do conhecimento, Araujo (2010), descreve que as atividades turísticas em países subdesenvolvidos como o Brasil, se desenvolvem com uma grande velocidade, causando profundas alterações nas destinações. Partindo desta afirmativa, o autor destaca ser imprescindível, para que tal desenvolvimento aconteça, existam planos de gestão ambiental que perpassem a escala local, não se limitando a gestão ambiental as questões biofísicas e ecológicas do local, mas destinando-se também para as demais dimensões, diretas ou indiretas.

No que diz respeito às questões ambientais, Hoffman & Vieira (2010) consideram que a preocupação com tais questões, só passou a fazer parte do processo de gestão a partir de 1990, porém em novas construções, com o intuito de economizar água e energia e a reciclagem de alguns produtos. Os autores afirmam, que só no final do século XX foram criadas normas ambientais, as quais os empreendimentos do setor hoteleiro deveriam cumprir para atingir um determinado grau de sustentabilidade, dispositivos legais que vão desde a formulação de políticas ambientais até a revisão contínua dos sistemas e das práticas.

No cenário nacional, observa-se que as empresas estão revelando certa prudência com as práticas ambientais possivelmente em razão das demandas sociais e pela tutela jurídica do meio ambiente. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2017), traz o tema em questão em diversos títulos e capítulos, especialmente, no artigo 225, onde consta a diretriz norteadora do direito ambiental pátrio. Conforme disposto no referido artigo, é delegado ao poder público a tutela do meio ambiente, no entanto, a população como um todo, tanto pessoa física ou jurídica, deve colaborar, da forma que lhe forem cabíveis, a proteger o meio ambiente. Segundo Barbieri (2007), o referido dispositivo legal foi inspirado pelo

relatório Nosso Futuro Comum, divulgado em 1987, época que antecedia a constituição de 1988 e, por esse motivo, a constituição pátria foi chamada de socioambiental.

Do ponto de vista mercadológico, o desenvolvimento das ações empresariais tem sido conduzido, também, pela legislação nacional, em especial a lei nº 6.938/1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, marco legal para todas as políticas públicas de meio ambiente a serem desenvolvidas pelos entes federativos; e a lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS para os mais diversos setores produtivos. A partir da referida lei houve um novo olhar para o “lixo”, mudando a maneira da sociedade se relacionar com seus resíduos: O que antes era desprezado, agora é visto como bem econômico.

Com relação aos empreendimentos do setor hoteleiro é relevante que os hotéis tenham ciência e sigam as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Conforme o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, lançado em 2012 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, as metas da PNRS propõem a disposição mais adequada aos resíduos sólidos das diversas fontes produtoras por meio da redução do volume de resíduos gerados; ampliação da reciclagem, vinculada a mecanismos de coleta seletiva com a inclusão social de catadores; responsabilização de toda a cadeia produtiva e de consumo pelo destino dos resíduos com a implantação de mecanismos de logística reversa – fluxo reverso de produtos, como a reciclagem e o reuso, de acordo com o IPEA (2012).

No que tange as questões referentes ao meio ambiente e a utilização de recursos naturais dentro do setor hoteleiro e extra-hoteleiro, há um consenso entre os autores da área, de que tal atividade consome de forma excessiva tais recursos e contribui de forma acentuada para o esgotamento dos mesmos.

Romério (2010) discorre a respeito da diminuição do consumo de energia, e para tanto, devendo ser analisada a viabilidade de implantação de tecnologias ativas, tais como: escolha adequada de lâmpadas tanto para ambientes internos como externos, instalação de sensores de presença, gerenciamento de elevadores e outras máquinas, implantação de

automação para desligamento automático de circuitos. No que diz respeito à oferta de energia o autor ressalta a instalação de coletores solares para o aquecimento de água e, para a geração de energia elétrica, painéis fotovoltaicos e turbinas eólicas de pequeno porte.

No que concerne à conceituação de sustentabilidade, Gazoni (2005) pontua que apesar de haverem vários conceitos a respeito de sustentabilidade e muitos estarem diretamente relacionados ao meio ambiente e a ecologia, se faz necessário pensar uma nova abordagem que trate de sustentabilidade de uma forma sistêmica, dentro de um contexto de natureza e suas relações. Desta forma, não deixando de tratar das principais vertentes do desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico.

Ao entender-se que os meios de hospedagem são instalações imprescindíveis para o desenvolvimento do turismo em uma destinação, estes ainda não têm a dimensão que podem ter suas ações ou práticas ambientais nas localidades onde estão inseridos. Dentre as ações realizadas por meios de hospedagem destaca-se a criação de manuais com indicação para uma melhor gestão do uso de água, de energia, de resíduos, da diminuição do uso de produtos poluentes, da contribuição para o desenvolvimento comunitário e boas práticas de consumo, conforme Gazoni (2005).

Ainda quanto ao desenvolvimento sustentável de meios de hospedagem, Lunkes & Rosa (2012) destacam que, para que os meios de hospedagem possam desenvolver suas atividades e prestar serviços, estes acabam esgotando recursos. No entanto, através de uma pressão da sociedade, os meios de hospedagem passam a desenvolver medidas que atendam as demandas dos hóspedes, através de sistemas mais eficientes de consumo, dessa forma, reduzindo o consumo tanto de energia como de água. Ainda conforme os autores, a gestão ambiental de um hotel deve ser composta por um conjunto de ações operacionais e gerenciais (políticas, programas e práticas) que visem melhorar o desempenho e causar menor impacto ambiental.

Em razão de todos os conceitos, ações, diretrizes e leis abordadas anteriormente, se fez necessária a realização do estudo no Município de Santa Vitória do Palmar, com o objetivo de analisar como as empresas do setor hoteleiro e extra-hoteleiro vêm desempenhando suas atividades no que tange as práticas ambientalmente corretas desenvolvidas nos seus empreendimentos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo foram utilizados distintos processos metodológicos, num primeiro momento foi realizada uma revisão bibliográfica que conforme Dencker (1998) tem por finalidade a elaboração conceitual e de marcos teóricos, através das revisões foi possível obter entendimento a respeito dos temas abordados no estudo, durante os meses de outubro de 2016 e abril de 2017, ou seja, durante o decorrer do estudo.

117

Trata-se de um estudo quali-quantitativo de caráter exploratório, representativo e participante, com aplicação de instrumento de coleta de dados com perguntas estruturadas abertas e fechadas, ainda conforme Dencker (1998).

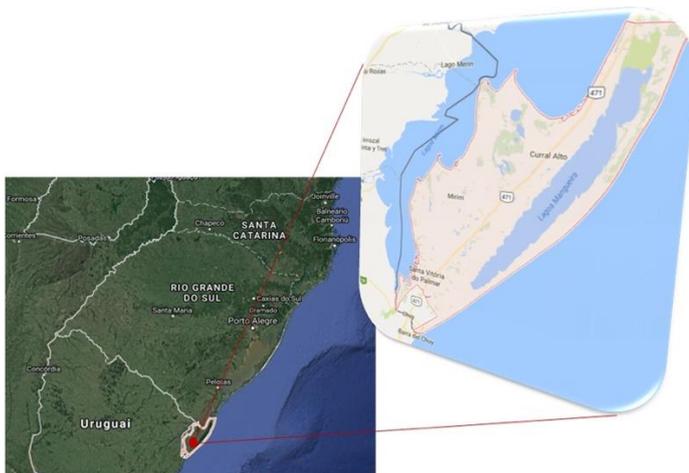
Para identificar os meios de hospedagem e suas localizações foram realizadas pesquisas em web sites e pesquisas in loco, principalmente nos balneários, devido a alguns meios de hospedagem não possuírem informações on line, realizando-se a pesquisa para identificar os meios de hospedagem em outubro de 2016 e a aplicação dos instrumentos de coletas de dados nos meses de novembro de 2016 a março de 2017, conforme a disponibilidade dos gestores para responderem a pesquisa.

No que diz respeito à escolha das localidades a serem estudadas e aplicadas as pesquisas, para a escolha das localidades do interior do Município, neste caso os balneários, foi utilizado o método de amostra fundamentada, que segundo Schlüter (2003) o pesquisador seleciona intencionalmente o que pode ser representativo para seu estudo.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O município de Santa Vitória do Palmar está localizado no extremo Sul do estado do Rio Grande do Sul, distante 500 km da cidade de Porto Alegre, capital do estado, e a 349 km de Montevidéu, capital do Uruguai, representado na figura 1. O Município encontra-se em uma rota de passagem de turistas estrangeiros, principalmente Uruguaios e Argentinos, que ingressam ao Brasil pela fronteira terrestre da cidade de Chuí e Brasileiros vindos tanto do Rio Grande do Sul como de outros estados do país que, da mesma forma que os turistas estrangeiros, utilizam a fronteira terrestre da cidade de Chuí para visitarem os países do extremo sul do continente Americano.

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Santa Vitória do Palmar



Fonte: Google maps (2017), adaptação das autoras

O município de Santa Vitória do Palmar tem uma área de 5.243,577km² e uma população estimada de 31.352 habitantes conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), ainda segundo o IBGE (2017), o Município tem como matriz econômica a agricultura e a pecuária. No ano de 2015 foi inaugurado no município um dos maiores complexos de parques eólicos¹¹ da América Latina, fator que incrementou a

¹¹ Complexo Eólico Campos Neutros que abrange os parques eólicos: Parque Hermenegildo com capacidade instalada de 181MW, 101 aerogeradores com capacidade para atender 1 milhão de habitantes, ocupando uma área de 2,5 mil hectares; Parque Chuí com capacidade instalada de 144MW, 72 aerogeradores com capacidade para atender 800 mil habitantes, ocupando uma área de 3,2 mil hectares; Parque Geribatu com capacidade instalada de 258 MW, 129 aerogeradores com capacidade para atender 1,5 milhão de habitantes, ocupando uma área de 4,7 mil hectares.

economia durante as instalações desses empreendimentos e que passou a gerar lucros para o município, a partir, do ano de 2017, sendo previsto um aumento de 30% na arrecadação de ICMS, conforme notícias do site do Ministério do Planejamento (BRASIL, 2017).

Para o estudo foram pesquisados empreendimentos na cidade de Santa Vitória do Palmar, na praia da Barra do Chuí, no Balneário Alvorada e na praia do Hermenegildo. A praia do Hermenegildo é o balneário mais próximo a cidade sede do Município distante aproximadamente 23 km e a Barrado Chuí e o Balneário Alvorada 33 km. Dos empreendimentos pesquisados constam: cinco hotéis na sede do município; dois hotéis e duas pousadas de cabanas de aluguel na praia da Barra do Chuí; um apart-hotel e uma pousada com apartamentos no Balneário Alvorada e quatro pousadas, incluindo nestes, um empreendimento com cabanas de aluguel na praia do Hermenegildo, classificação feita conforme Beni (2000).

Com a finalidade de preservar a identidade das empresas envolvidas neste estudo, estas serão descritas como: SVP1, SVP2, SVP3, SVP4 e SVP5 para os empreendimentos de Santa Vitória do Palmar; BC1, BC2, BC3 e BC4 para os empreendimentos localizados na praia da Barra do Chuí; A1 e A2 para os empreendimentos localizados no Balneário Alvorada; e H1, H2, H3 e H4 para os empreendimentos localizados na praia do Hermenegildo.

Com relação ao tamanho dos empreendimentos, todos podem ser considerados de pequeno porte, nenhuma das empresas supera vinte e seis (26) unidades habitacionais e uma oferta máxima que varia entre sessenta (60) e oitenta (80) leitos, de administração familiar e independente, na totalidade.

Empreendimentos localizados em Santa Vitória do Palmar

Empreendimento SVP1: Classificado como Hotel, está localizado na região central da cidade, cerca de três quarteirões da Estação Rodoviária local, atua a mais de vinte (20)

anos no setor, possui vinte (20) unidades habitacionais - UHs e um número aproximado entre quarenta e cinco (45) e cinquenta (50) de leitos, e tem administração familiar.

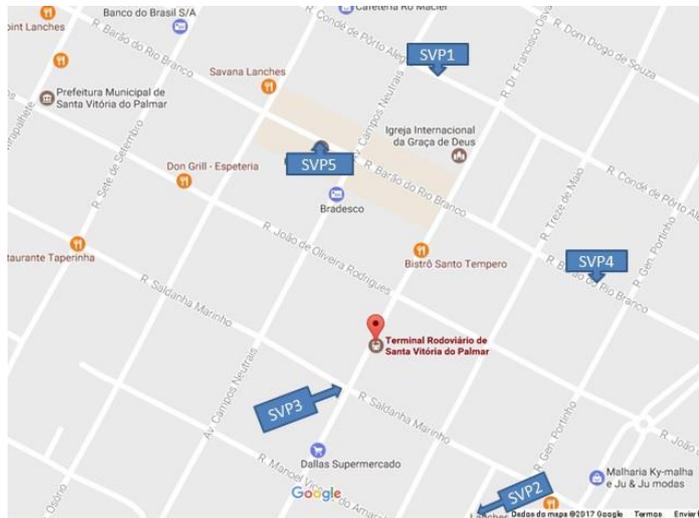
Empreendimento SVP2: Classificado como Hotel, está localizado na região central da cidade, cerca de três quarteirões da Estação Rodoviária local, possui vinte (20) UHs e um número aproximado de cinquenta e seis (56) leitos, atua a mais de quinze (15) anos no setor passou por uma reforma administrativa há dois anos, porém continua tendo uma administração familiar.

Empreendimento SVP3: Classificado como Hotel, está localizado na região central da cidade, a meio quarteirão da Estação Rodoviária local, possui quinze (15) UHs e um número aproximado de quarenta (40) leitos, atua a mais de quarenta e cinco (45) anos no setor e dentre os empreendimentos pesquisados é o único na sede do município que possui restaurante próprio, em anexo, com funcionamento para os serviços de almoço e jantar.

Empreendimento SVP4: Classificado como Hotel, está localizado na região central da cidade, a quatro quarteirões da Estação Rodoviária local, atua a mais de trinta (30) anos no setor, possui dezenove (19) UHs e um número aproximado de trinta (30) leitos, possui um espaço em anexo onde é terceirizado o serviço de restaurante com funcionamento para o horário de almoço.

Empreendimento SVP5: Classificado como Hotel, está localizado na região central da cidade, a quatro quarteirões da Estação Rodoviária local, atua a mais de trinta (30) anos no setor, possui vinte e seis (26) UHs e um número aproximado de leitos que varia entre sessenta e cinco (65) e setenta (70) leitos e possui um Gerente Geral que também tem relação familiar. O mesmo realiza a gerencia deste empreendimento localizado na sede do município e de outro empreendimento hoteleiro localizado na praia da Barra do Chuí, a localização dos empreendimentos pode ser observada na figura 2.

Figura 2 - Mapa de localização dos empreendimentos do setor hoteleiro em Santa Vitória do Palmar



Fonte: Google maps (2017), adaptação das autoras

Empreendimentos localizados na praia da Barra do Chuí

121

Empreendimento BC1: Classificado como Hotel, está localizado na região central da praia da Barra do Chuí, a um quarteirão da praça central, o prédio que abriga o empreendimento data do início século XX entre 1910 e 1920, passou por inúmeras reformas e adaptações ao longo dos anos, possui vinte e três (23) UHs e sessenta (60) leitos, possui piscina externa, um gerente operacional que se reporta ao gerente geral que atua no empreendimento familiar localizado na sede município e tem administração familiar.

Empreendimento BC2: Classificado como Hotel, está localizado na região central da praia da Barra do Chuí, os fundos da edificação fazem limite com a praça central, o prédio que abriga o empreendimento também data do início século XX entre 1910 e 1920, e da mesma forma que o empreendimento BC1, passou por inúmeras reformas e adaptações ao longo dos anos, possui dezenove (19) UHs, a época da realização do estudo possuía um gerente operacional e administração familiar, recentemente foi vendido porem continua com administração familiar.

Empreendimento BC3: Classificado como pousada, está localizado na região central da praia da Barra do Chuí na Avenida Chuí, principal via de acesso a praia, a três quarteirões da praça principal, atuam no setor a cerca de vinte (20) anos, possui oito cabanas e um número de leitos que varia de trinta e dois (32) a quarenta (40), tem um gerente operacional (que também atua na manutenção do empreendimento) e possui administração familiar.

Empreendimento BC4: Classificado como pousada, está localizado próximo ao trevo de acesso a praia da Barra do Chuí, na via de acesso para quem entra do Uruguai através da ponte internacional pela RS699, atuam no setor a cerca de trinta (30) anos, possui dezesseis (16) cabanas e um número aproximado de leitos que varia entre setenta e cinco (75) e oitenta eitos (80), tem administração familiar e um zelador que fica responsável pelo empreendimento durante o período de baixa temporada, a localização dos empreendimentos pode ser observada na figura 3.

Figura 3 - Mapa de localização dos empreendimentos do setor hoteleiro e extra-hoteleiro na praia da Barra do Chuí



Fonte: Google maps (2017), adaptação das autoras

Empreendimentos localizados no Balneário Alvorada

Empreendimento A1: Classificado como apart-hotel, está localizado junto a orla na Rua 25, principal via de acesso a praia do balneário, atua no setor a mais de vinte (20) anos, possui dezoito (18) apartamentos e cinquenta e quatro leitos, possui sauna e duas piscinas, uma externa e uma interna e climatizada, tem administração familiar e dividida durante o ano entre os sócios.

Empreendimento A2: Classificado como pousada, está localizado a meio quarteirão da Rua 25 e a um quarteirão da orla, atua no setor a mais de vinte (20) anos, possui vinte e um (21) apartamentos em um bloco de dois pavimentos, possui piscina externa, tem administração familiar, a localização dos empreendimentos pode ser observada na figura 4.

Figura 4 - Mapa de localização dos empreendimentos do setor hoteleiro e extra hoteleiro no Balneário Alvorada



Fonte: Google maps (2017), adaptação das autoras

Empreendimentos localizados na praia do Hermenegildo

Empreendimento H1: Classificado como pousada, está localizado a meio quarteirão da orla e a meio quarteirão do calçadão da praia do Hermenegildo, atua no setor a mais de

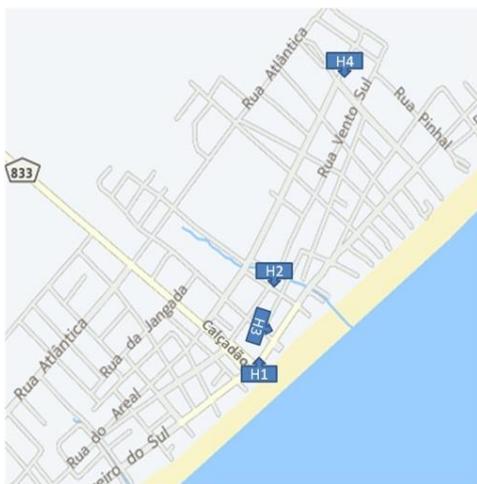
quinze (15) anos, possui oito apartamentos em uma construção de um pavimento e dezessete leitos e tem administração familiar.

Empreendimento H2: classificado como pousada está localizado a dois quarteirões e meio da orla e a dois quarteirões do calçadão da praia do Hermenegildo, atua no setor a cerca dez anos, possui seis apartamentos e um número de leitos que varia de dezoito (18) a vinte e quatro (24) em uma construção de dois pavimentos e tem administração familiar.

Empreendimento H3: classificado como pousada, está localizado a um quarteirão e meio do calçadão da praia do Hermenegildo, atua a mais de quinze (15) anos no setor e encontra-se de frente para a orla, possui vinte (20) apartamentos em uma construção de dois pavimentos e tem administração familiar.

Empreendimento H4: Classificado como pousada, está localizado a cinco quarteirões da orla e a nove quarteirões do calçadão da praia do Hermenegildo atua há quinze (15) anos no setor, possui cinco cabanas com um número de leitos que varia de dezoito (18) a vinte e dois (22) e, em anexo, um espaço destinado para campismo com vagas para trinta e cinco (35) a quarenta (40) pessoas, e tem administração familiar, a localização dos empreendimentos pode ser observada na figura 5.

Figura 5 - Mapa de localização dos empreendimentos do setor extra-hoteleiro da praia do Hermenegildo



Fonte: Google maps (2017), adaptação das autoras

ANÁLISES E RESULTADOS

Através dos processos de pesquisa foram identificados meios de hospedagem do setor hoteleiro e extra-hoteleiro na cidade sede do município e nas localidades do interior e, a partir dessa identificação, realizaram-se os primeiros contatos via telefone, logo após, foram realizadas as visitas aos empreendimentos e posteriormente a aplicação dos instrumentos de coleta de dados.

No que diz respeito à análise de dados quanto às ações ou práticas sustentáveis realizadas pelos empreendimentos, estas serão descritas em blocos, tratando de assuntos referentes à economia e redução de consumo tanto de energia como de água, o descarte de águas residuais e dos resíduos sólidos e orgânicos, a preocupação dos mesmos quanto às questões referentes à proteção e manutenção da biodiversidade, questões referentes a dificuldades de implantação de práticas ambientais corretas e para finalizar, a análise do perfil dos gestores dos empreendimentos pesquisados.

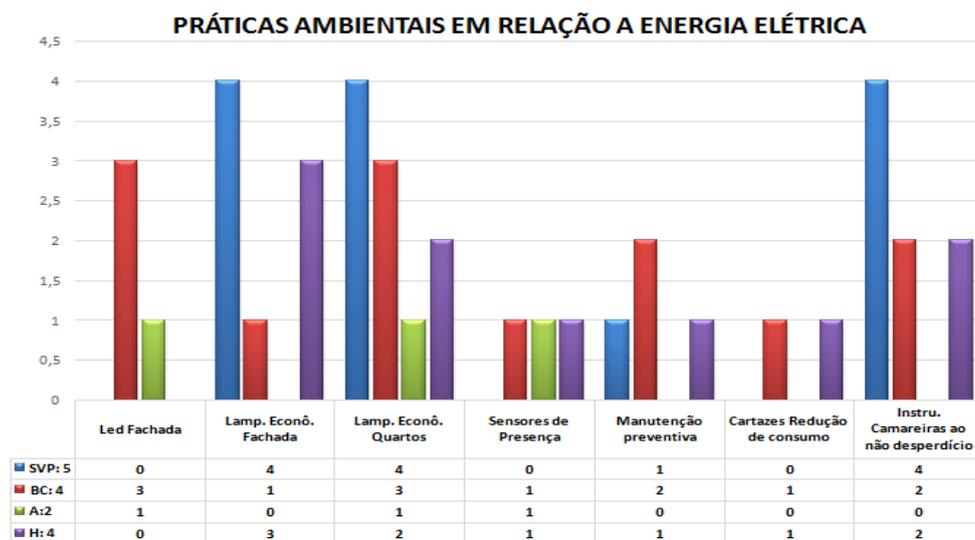
Dentro do universo do estudo foram consultados quinze (15) empreendimentos no total, destes, cinco na cidade sede do município de Santa Vitória do Palmar, o que representa mais de 90% da oferta de empreendimentos hoteleiros e extra-hoteleiros, e dez (10) empreendimentos localizados no litoral do município o que representa em torno de 70% da oferta de empreendimentos hoteleiros e extra-hoteleiros, tendo em vista que houve dificuldades de deslocamento para a realização das visitas e consultas aos empreendimentos localizados no litoral e recusa de alguns empreendimentos em realizarem a pesquisa.

No que diz respeito às questões de consumo de energia, todos os empreendimentos informaram que realizam o acompanhamento mensal do consumo de energia. Apenas dois empreendimentos o A1 e o BC3 possuem fonte alternativa de geração de energia para o aquecimento de água, A1 possui caldeira para o aquecimento da água da piscina interna, e BC3 possui um sistema de aquecimento solar para os chuveiros, em teste para

futura implantação após a avaliação do custo-benefício. O empreendimento BC3 mostrou-se também pioneiro em um sistema de cobrança de energia independente por unidade além das tarifas fixas, seus hóspedes pagam pela energia que consomem e conforme o administrador, estes têm um controle maior sobre o consumo evitando, dessa forma, o desperdício.

No que diz respeito a práticas ambientais corretas para a redução de consumo de energia, o gráfico a seguir ilustra as ações realizadas pelos empreendimentos nas quatro localidades pesquisadas e quantos em cada localidade realizam tais ações.

Gráfico 1 - Práticas ambientais para a redução de energia



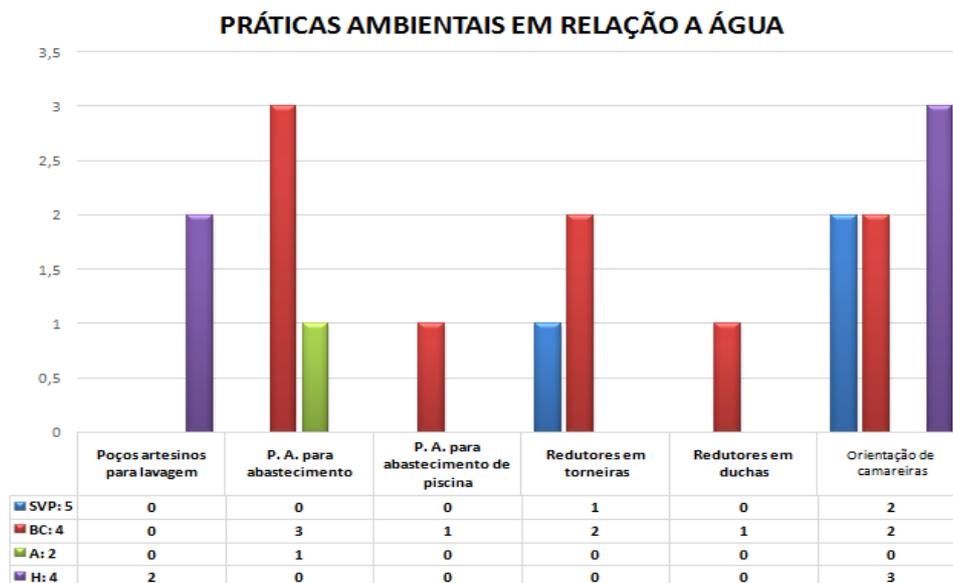
Fonte: Autoras (2017)

Em relação a questões referentes ao consumo de água todos os empreendimentos pesquisados acompanham o consumo mensal, sete empreendimentos têm uma forma alternativa de abastecimento de água, possuem poços de abastecimento artesiano. Dos empreendimentos BC1 faz uso da água do poço para o abastecimento de piscina; H2 e H4 utilizam para regar e lavagens de veículos e calçadas; BC2, BC3, BC4 e A2 utilizam para o abastecimento do empreendimento.

Nas questões relativas a controle de consumo de água BC3 tem redutores instalados em torneiras e duchas, e SVP5 tem redutores apenas em torneiras, BC2 e SVP5 procuram evitar o excesso de consumo na lavanderia, reaproveitando a água para lavagem de calçadas.

Em relação à orientação das camareiras quanto à verificação de possíveis vazamentos nas redes hidráulicas nas UHs, SVP2, SVP5, BC1, BC2, H1, H2 e H3 o fazem e no que diz respeito a práticas ambientais corretas para a redução de consumo de água, o gráfico a seguir ilustra as ações realizadas pelos empreendimentos nas quatro localidades pesquisadas e quantos em cada localidade realizam tais ações.

Gráfico 2 - Práticas ambientais para a redução do consumo de água



Fonte: Autoras (2017)

No que se refere às águas residuais, o Município não faz nenhum tipo de tratamento das águas servidas, o mesmo apresenta apenas canalização das águas pluviais, não há redes de esgoto doméstico na sede do Município e em nenhuma das localidades pesquisadas. Dessa forma, cada empreendimento trata de maneira independente e particular as suas águas residuais.

A maioria dos empreendimentos pesquisados informou ter fossas sépticas para coleta do esgoto. Houve, ainda, casos particulares como os empreendimentos BC4, A2 e H2 que fizeram questão de informar que tem poços para a decantação do esgoto, liberando para a rede pluvial água já tratada, e em outros casos, no momento do questionamento sobre o tratamento do esgoto não houve resposta e passou-se ao próximo questionamento.

Em relação à separação de resíduos, a maior parte dos empreendimentos não faz a separação dos resíduos sólidos e orgânicos, passando assim a encaminhar todos os tipos de resíduos para coleta domiciliar. Dos empreendimentos pesquisados, sete realizam algum tipo de reciclagem ou dão destino correto a materiais específicos, SVP1, SVP2, H2, e H4 reciclam embalagens de vidro, SVP5 e BC2 encaminham para destinação correta, tubos e lâmpadas fluorescentes, destinadas a um ponto de coleta localizado na cidade sede do Município. Em relação à compostagem de matéria orgânica, os empreendimentos SVP1, SVP2, BC3, BC4, H1 e H3 o realizam para a adubação dos jardins.

Quanto à formação dos gestores, dos empreendimentos pesquisados, foi constatado que poucos têm gestores formados na área de administração. SVP1, SVP2, A1 e H3 têm gestores com formação na área de administração, BC2 e H1 tem gestores com formação em turismo, SVP5, BC1 e H1 os administradores tem ensino médio completo e BC3 o administrador tem formação na área contábil. Os demais empreendimentos pesquisados têm gestores com formação em outras áreas com pouca relação com o turismo e a hotelaria, H2 com formação em enfermagem, SVP4 e engenharia civil e BC4 com formação em odontologia.

Em relação à preocupação dos empreendimentos quanto à realização de práticas ambientais corretas, oito dos empreendimentos declararam ter muita preocupação, neste caso SVP1, SVP2 BC1, BC3, H2, H3, H4 e A2, porem apenas o gestor de SVP4 declarou ter participado de um curso com temática relacionada à sustentabilidade.

Na questão referente ao empreendimento entender que o conceito socioambiental pode influenciar na tomada de decisão dos hóspedes, nove dos empreendimentos acreditam ser esse um fator de baixa influencia, SVP1, SVP2, SVP3, SVP4, SVP5, BC4, H1, H2 e H3; cinco acreditam ser de influência média, BC1, BC2, BC3, A1 e H4; e um empreendimento, A2 acredita ser esse um fator que não influencia a tomada de decisão dos hóspedes.

Em relação à implantação de novas tecnologias e boas práticas ambientais dois empreendimentos declararam não implantá-las devido ao alto custo, sete declararam que além do alto custo não existem políticas de incentivo e dois deles declararam que além do alto custo e da falta de políticas de incentivo não há também interesse por parte dos hóspedes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

129

Para que de fato o desenvolvimento se dê de forma sustentável, Dias (2008) discorre sobre a importância do papel do Estado no planejamento do desenvolvimento, não só turístico, mas de desenvolvimento como um todo. Através do estudo pôde-se observar que o município de Santa Vitória do Palmar não presta serviços de coleta e tratamento das águas servidas em nenhuma localidade, nem mesmo na cidade sede do município. No que se refere às questões de saneamento básico Brasil (2007) determina ser de responsabilidade do setor público os serviços de abastecimento e esgotamento de água.

Em relação ao tratamento do esgoto, é determinado que este seja feito desde a sua coleta até o descarte final, porém no caso de municípios que não prestam tal serviço, é de responsabilidade dos empreendimentos terem fossas sépticas e sumidouros de acordo com as normas previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, de acordo com a NBR 7229, que tem por finalidade, preservar a saúde pública e ambiental e a segurança dos hóspedes e colaboradores nas áreas servidas por estes sistemas, para o caso em tela. Neste sentido, a partir deste trabalho, sugere-se uma inserção da FURG, através

de reuniões com os gestores dos meios de hospedagem do município, para a apresentação dos resultados da presente pesquisa e esclarecimentos no que diz respeito às exigências legais.

Em relação à competitividade, para que estes se mantenham no mercado, existem exigências não só através da legislação vigente, mas de órgãos ambientais e dos próprios hóspedes. No que diz respeito a ações e práticas de gestão ambiental Alves, Cavalcanti & Silva (2006) destacam ainda a existência de programas de gestão ambiental, selos verdes, certificações entre outros, apresentando-se como estratégias a disposição dos empresários.

No que se refere ao objeto deste estudo foi verificado que não há por parte dos empreendedores do setor hoteleiro e extra- hoteleiro local, conhecimento de cartas ou linhas de crédito para investimento em melhorias em seus empreendimentos como, por exemplo, o Fundo Geral do Turismo – Fungetur, que tem por objetivo prover recurso para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo, através de financiamento a empresas de pequeno e médio porte conforme Godoy, Ruffo & Seadi (2009). Dessa forma, entende-se necessário uma atuação e parceria público-privada entre a FURG e os empreendimentos locais.

Para fins de conhecimento através deste estudo pôde também ser observado a insipiência por parte dos gestores dos empreendimentos pesquisados das normas fixadas em lei, especialmente, o art. 20, inciso III, alínea b, que impõe como sanção um forte instrumento de aplicação, a obrigatoriedade da criação e da implementação de um Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos - PGRS, para o setor público a nível federal, estadual ou municipal e por empresas públicas ou privadas, incluindo os meios de hospedagem, ligado não somente pela periculosidade dos resíduos gerados, mas pela quantidade e volume de resíduos produzidos.

Pontua-se que mesmo que não houvesse uma sanção legal imposta pela legislação vigente, a intensa geração de resíduos sólidos e líquidos gerados por um hotel torna seu gerenciamento de suma relevância para as empresas que visam, além de reduzir gastos, assegurar a proteção à saúde pública e ao meio ambiente e atrair novos clientes pelo diferencial da responsabilidade social, tão invocado na atualidade. Neste sentido, entende-se como uma necessidade imediata que o escoamento dos resíduos líquidos (efluentes) gerados por um hotel, seja feito através de sistema de esgotamento sanitário e, dos resíduos sólidos, por meio da reciclagem dos inorgânicos e compostagem dos orgânicos, não dependendo apenas das empresas, mas também do poder público.

Através do estudo também foi possível conhecer o perfil dos gestores dos empreendimentos e observar que apesar de, um grande número destes, ter formação na área administrativa e contábil, as questões referentes a investimentos em novas tecnologias que, a médio e longo prazo, podem trazer um retorno econômico favorável e contribuir com as questões ambientais, tais medidas acabam sendo descartadas com a justificativa de terem um custo elevado de investimento para implantação. No entanto, existem ações de baixo custo que podem ser inseridas nos empreendimentos, reduzindo custos e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Pode-se concluir que este estudo não se encerra em si, durante a realização do mesmo pôde ser percebida a necessidade de contribuição da academia para com o terceiro setor, principalmente no que diz respeito ao auxílio na criação e implantação de planos de gestão ambiental, na criação de cartilhas de procedimentos, procedimentos operacionais padrão- POPs, para que seja garantida a realização das práticas ambientalmente corretas implantadas através dos referidos planos.

REFERÊNCIAS

Alves, K. d., Cavalcanti, J. E., & Silva, J. T. (2006). Gestão de resíduos sólidos no setor hoteleiro. Em R. Dias, & N. A. Filho, *Hoteleria e turismo: elementos de gestão e competitividade*. Campinas, SP: Alínea.

Guedes, S. M. & Pereira, T. N. C. (2017). Práticas ambientalmente corretas em meios de hospedagem: um estudo sobre a percepção ambiental e perfil dos gestores hoteleiros de Santa Vitória do Palmar/RS. *Applied Tourism*, 2(2), 111-133

- Araujo, L. M. (2010). Gestão Ambiental de Empreendimentos turísticos. Em A. P. Jr., & D. v. Ruschmann (Eds.), *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. (Coleção Ambiental ed., Vol. 9). Barueri, SP.
- Barbieri, J. C. (2007). *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva.
- Beni, M. C. (2007). *Análise estrutural do Turismo* (3 ed.). São Paulo: SENAC.
- Brasil. (20 de março de 2017). *Câmara Legislativa, BR*. Fonte: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC96.pdf
- Brasil. (2007). *Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, 8.036, 8.666, 8.987; revoga a Lei n 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências*. Acesso em 12 de março de 2017, disponível em Portal da Legislação, Brasília, DF.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm
- Brasil. (2010). *Lei n.12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n.9.605, de 12 de fevereiro de 1988; e dá outras providências*. Acesso em 06 de abril de 2017, disponível em Diário Oficial: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm
- Brasil. (s.d.). *Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Acesso em 06 de abril de 2017, disponível em Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm
- Brasil. (s.d.). *Ministério do Palnejamento*. Acesso em 08 de fevereiro de 2017, disponível em Brasil inaugura parque eólico do maior complexo da América Latina.: <http://www.pac.gov.br/noticia/48d35480>
- Council, W. T. (s.d.). *World Travel & Tourism Council*. Acesso em 20 de março de 2017, disponível em Environmental, social 7 governance reporting in travel & tourism: trends, outlook and guidance.: <http://sp.wttc.org/-/media/files/reports/policy-research/esg-short-report-english---web.pdf?la=es>
- Dencker, A. d. (1998). *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas*. São Paulo: Futura.
- Dias, R. (2008). *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas.
- Gazoni, J. L. (2005). Sustentabilidade em meios de hospedagem. Em R. Dias, M. A. Pimenta, & (orgs) (Ed.), *Gestão de hotelaria e turismo*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Godoy, M., Ruffo, K., & Seadi, K. (2009). *130 Dicas: o que toda empresa precisa saber para utilizarmcentivos fiscais*. São Paulo: DCL.
- Gonçalves, L. C. (2004). *Gestão ambiental em meios de hospedagem*. São Paulo: Aleph.
- Hoffmann, V. E., & Vieira, E. V. (2010). Atores e práticas de sustentabilidade ambiental em empreendimentos hoteleiros. Em *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. (Coleção Ambiental ed., Vol. 9). Barueri, SP: [s.n.].
- IBGE, I. B. (2017). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE*. Acesso em 12 de março de 2017, disponível em Banco de Dados Cidades: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431730&search=rio-grande-do-sul|santa-vitoria-do-palmar>
- IPEA, I. d. (2012). *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada-IPEA*. Acesso em 06 de abril de 2017, disponível em Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores.: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13917
- Lunkes, R. J., & Rosa, F. S. (2012). *Gestão hoteleira*. Curitiba: Juruá.

- Maps, G. (s.d.). *Google maps*. Acesso em 18 de março de 2017, disponível em Balneário Alvorada - RS:
<https://www.google.com.br/maps/dir/BALNEARIO+ALBORADA,+Santa+Vit%C3%B3ria+do+Palmar+-+RS/Santa+Vit%C3%B3ria+do+Palmar+-+RS/@-33.5770882,-53.5769743,9z/data=!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x950d271246743fe1:0x96503e822c8152e5!2m2!1d-53.3652896!2d-33.7315801!1m5!1m1!>
- Maps, G. (s.d.). *Google Maps*. Acesso em 18 de março de 2017, disponível em Barra do Chuí - RS:
<https://www.google.com.br/maps/dir/Barra+do+Chu%C3%AD+-+RS/Santa+Vit%C3%B3ria+do+Palmar+-+RS/@-33.6291312,-53.5371489,11z/data=!3m1!4b1!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x950d276d20744ba3:0x63ff3400652e5c94!2m2!1d-53.3702659!2d-33.7326041!1m5!1m1!1s0x950d1d96faf0d2c9>
- Maps, G. (s.d.). *Google Maps*. Acesso em 18 de março de 2017, disponível em Praia do Hermenegildo:
<https://www.google.com.br/maps/dir/Praia+do+Hermenegildo,+Alameda+das+Ac%C3%A1cias,+1,+Santa+Vit%C3%B3ria+do+Palmar+-+RS,+96230-000/Santa+Vit%C3%B3ria+do+Palmar+-+RS/@-33.5937093,-53.3878154,12z/data=!3m1!4b1!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x950d23801cd883a3:0x287>
- Maps, G. (s.d.). *Google Maps*. Acesso em 18 de março de 2017, disponível em Santa Vitória do Palmar - RS:
<https://www.google.com.br/maps/place/Santa+Vit%C3%B3ria+do+Palmar+-+RS/@-33.1919407,-3.5421376,9z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x950d1db9003d11d1:0x347a6b3549b8baec!8m2!3d-33.5258836!4d-53.3721736>
- Romério, M. d. (2010). Redução do consumo de energia em empreendimentos hoteleiros. Em A. P. Jr, & D. v. ruschmann, *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo* (Coleção Ambiental ed., Vol. 9). Barueri, SP: [s.n.].
- Schlüter, R. G. (2003). *Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria*. (Tradução Tereza Jardini, Série Turismo ed.). São Paulo: Aleph.
- Técnicas, A. B. (1993). *NBR 7229: Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos*. Rio de Janeiro.
- WTO. (2004). *World Tourism Organization* . Acesso em 20 de janeiro de 2017, disponível em Indicators of sustainable development for tourism destination: a guidebook: <http://www.adriaticgreenet.org/icareforeurope/wp-content/uploads/2013/11/Indicators-of-Sustainable-Development-for-Tourism-Destinations-A-Guide-Book-by-UNWTO.pdf>